

Ensino de música para pessoas com deficiência intelectual: análise de uma experiência no município de Dias d'Ávila-Bahia

Jamile Conceição da Rocha Gonçalves

Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

miletrocha@hotmail.com

Eudes Oliveira Cunha

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Rede Municipal de Ensino de Salvador

eudesocunha@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar como ocorreram as práticas musicais com pessoas com deficiência intelectual na Organização Não Governamental (ONG) “Desafio Jovem Peniel” no município de Dias d'Ávila-Bahia. A pesquisa teve natureza qualitativa do tipo estudo de caso, realizada em duas fases. Na primeira foi feita uma descrição das práticas docentes em música, a partir de um projeto de intervenção, desenvolvido em 2017, que teve duração de oito meses. Na segunda, foi aplicado um questionário com os profissionais da ONG, no intuito de verificar suas perspectivas sobre as aulas de música. Ao analisar as respostas dos profissionais, verificamos que em suas concepções as aulas de música foram relevantes para o bem-estar dos participantes e contribuíram com o desenvolvimento cognitivo, físico e motor dos alunos com deficiência intelectual. Dessa forma, compreende-se que as práticas musicais com pessoas com deficiência intelectual proporcionaram experiências artísticas relevantes e impactaram de maneira positiva o cotidiano dos estudantes internos.

Palavras-chave: ensino de música, deficiência intelectual, educação inclusiva.

Introdução

O ensino de música tem exercido um papel relevante e até mesmo determinante nos processos de inclusão social. No contexto da educação especial, os conhecimentos da área de educação musical podem contribuir para a formação integral dos indivíduos e desenvolver habilidades artísticas fundamentais para a inclusão social de estudantes com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidade/superdotação, público-alvo desta modalidade educacional.

Especificamente com relação as pessoas com deficiência intelectual, estudos têm buscado identificar demandas e propor ações didático-musicais que desenvolvam diversas habilidades artísticas, associadas a formação ética com fins de promover processos de interação social. Ademais, quando ocorrem de fato experiências de aprendizagem musical,

tais vivências estimulam a criatividade, sensibilidade, sociabilidade, expressividade e auxiliam no desenvolvimento motor (LOURO, 2006), habilidades estas que vão além da formação estético-musical.

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nos processos de aprendizagem (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1995; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1995). Segundo Sasaki (2005, p.1), a palavra deficiência denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento. A deficiência intelectual¹ é um tipo singular de deficiência, com suas características e distinções em relação às demais deficiências. Portanto, este tipo específico de deficiência não impede de se ter uma capacidade ou até mesmo obter um conhecimento, sendo ele de qualquer área. Possibilitar a aprendizagem a estas pessoas significa propiciar processos de inserção social de pessoas que, muitas vezes, são vítimas de práticas discriminatórias.

Nessa perspectiva, parte da literatura da área de educação musical (LOURO, 2012; SEKEFF, 2002) sustenta que a educação musical é uma área do conhecimento que contribui para o desenvolvimento de pessoas com determinadas deficiências. De acordo com Gainza (1988, p.88), por exemplo, a influência e o poder que caracterizam a música, como coadjuvantes do desenvolvimento integral do ser humano, aparecem especialmente destacados no caso dos indivíduos que apresentam deficiências ou problemas físicos, afetivos, mentais ou de integração social. Já de acordo com Sekeff (2002, p.127), o uso de pedagogias que incorporam as estratégias cognitivas, artísticas e musicais, por meio da prática musical, não só fornece condições para a compreensão e expressão de um fluxo de ideias e emoções, como também permite que os educandos operem semióticas que resultem em sentido para suas vidas.

Tendo em vista estas reflexões acerca do ensino de música para pessoas com deficiência intelectual, o presente artigo surge de uma experiência como docente em música, quando desenvolvemos um projeto de intervenção para o referido público, em uma Organização Não Governamental (ONG). Para a realização do estudo, definimos a seguinte

¹ A terminologia deficiência intelectual foi atualizada, recentemente, pois era chamada deficiência mental. Nesse sentido, em razão de pessoas confundirem estas duas terminologias, deficiência mental com transtorno mental, sendo esta última relacionada a um transtorno psicopatológico, foi necessário a modificação do termo (SASSAKI, 2005, p.2).

pergunta de pesquisa: como ocorreram as práticas musicais desenvolvidas com pessoas com deficiência intelectual na ONG “Desafio Jovem Peniel”? Para responder a esta pergunta orientadora, definimos os seguintes objetivos específicos: (1) discutir aspectos conceituais acerca da deficiência intelectual; (2) descrever às práticas musicais nas aulas de música com pessoas com deficiência intelectual; (3) analisar os limites e possibilidades da prática musical a partir do olhar dos profissionais da ONG “Desafio Jovem Peniel”.

A relevância desta temática se mostra na necessidade de compreendermos os processos de ensino e aprendizagens em música para pessoas com deficiência intelectual, já que, no Brasil, ainda são restritos os estudos que abordam problemáticas na perspectiva da educação musical especial e inclusiva.

A pesquisa foi realizada na ONG “Desafio Jovem Peniel”, localizada no município de Dias d’Ávila. Esta instituição tem grande estrutura sendo ocupada por um quarteirão na Rua Baden Powell. Na ONG, trabalha uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, educadores físicos, educador musical, auxiliar técnico de enfermagem, cuidadores e auxiliar de cuidador.

A instituição tem como público-alvo pessoas com deficiência intelectual e transtornos mentais, dos quais são tutelados pelo Governo do Estado. Conta com um total de 28 pessoas que residem na própria ONG. Entre estas pessoas, há diferentes graus da deficiência, que se encontram entre o severo e o leve.

A pesquisa é de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Foi realizada em duas fases. Na primeira, foi feita uma descrição das práticas de uma professora de música que desenvolveu um projeto de ensino durante oito meses, em 2017. Na segunda fase, foi aplicado um questionário com os profissionais da ONG, no intuito de verificar o seu olhar sobre as aulas de músicas na ONG. O artigo é composto, além desta introdução e das considerações finais, de três seções, as quais abordam a relação entre ensino de música e pessoas com deficiência intelectual, a descrição da experiência e as concepções dos profissionais da ONG acerca da proposta de intervenção desenvolvida.

Deficiência intelectual e ensino de música

Para compreendermos o ensino de música para pessoas com deficiência intelectual, é de fundamental importância ter domínio do seu conceito. Apresentaremos uma breve explanação sobre a condição da pessoa com deficiência, até o momento atual e, em seguida, discorreremos sobre perspectivas de alguns autores sobre o conceito de deficiência intelectual.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1995, conceitua deficiência intelectual como “limitação”, que por sua vez provoca uma lentidão na aprendizagem e no seu desenvolvimento intelectual. Com semelhança em alguns termos, alguns autores, entre eles Sasaki (2005, p.2), define a deficiência intelectual como “condição da pessoa resultante de impedimento” e de acordo com o mesmo, esse impedimento pode ser uma lesão no aparelho visual ou auditivo, falta de uma parte do corpo ou déficit intelectual.

Santos (2012, p.937) afirma que a deficiência intelectual corresponde a uma habilidade em déficit, uma perda ou uma anormalidade (no sentido estrutural, estatístico, e não cultural, como nas noções pejorativas de bom e ruim). De acordo com Louro (2012, p.53), a deficiência intelectual é caracterizada pelo desenvolvimento intelectual insuficiente, para definir aquela mesma situação.

Drogomireki e Leão (2013, p.139) denominam o deficiente como “o sujeito com deficiência”. Entre tantos termos o mais utilizado atualmente, até que haja ou não uma nova reformulação, é “pessoa com deficiência”. Sendo a deficiência intelectual uma limitação e não necessariamente uma incapacidade, ele deve ser estimulado, pois sua aprendizagem se dá de forma mais lenta.

Desde sua fundação, em 1876, a Associação Americana de Retardo Mental (AAMR), atualmente, denominada Associação Americana em Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento (AAIDD), tem se empenhado em explicar, determinar e definir a deficiência intelectual. Com vários artigos publicados, com estudo sobre a definição e classificação da deficiência intelectual, traz a mudança da terminologia “retardo mental” para “deficiência intelectual”. Essa alteração estava em estudos, mas, somente em 2010 é que houve uma conformidade sobre o termo que melhor poderia caracterizar a deficiência.

Segundo Santos (2012, p.938), conforme referido, essa mudança dos termos mental para intelectual foi devido à confusão com o termo, doença mental, que não estão necessariamente associados ao déficit intelectual. Sendo que doença mental consiste em um transtorno psicopatológico, que pode aparecer a qualquer pessoa e em qualquer momento de vida. (SANTOS; LOURO; 2012).

O estatuto das pessoas com deficiência (BRASIL, 2006) caracteriza a deficiência intelectual como manifestação que se dá no período de desenvolvimento cognitivo antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas. Segundo Tédde (2012, p.24), as causas desta deficiência são desconhecidas de 30% a 50% dos casos. Estas podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Dentre elas, as mais conhecidas são: Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Malformações cerebrais e Desnutrição proteico-calórica.

As pesquisadoras Drogomireki e Leão (2013, p.140) salientam que é de fundamental importância que o professor de música conheça sobre a psicomotricidade, para trabalhar com um sujeito com necessidades especiais. A psicomotricidade diz respeito a certas estruturas, relacionadas ao desenvolvimento global de uma pessoa, precisam ser devidamente estimuladas em seu processo de ganho cognitivo, e é necessário que examine essas estruturas mais detalhadamente. Para se compreender a musicalização nesse contexto, deve considerar, também, as particularidades da deficiência.

Portanto, considerando as contribuições dos pesquisadores já citados, vale salientar que o estímulo a aprendizagem musical se faz necessário para além de uma atividade de apropriação dos conhecimentos e vivências em arte. Pode também proporcionar o desenvolvimento cognitivo para os alunos que tenham deficiência intelectual.

Práticas musicais com pessoas com deficiência intelectual

A ONG “Desafio Jovem Peniel” foi constituída em 16 de janeiro de 1973, na cidade de Belo Horizonte-MG, com a finalidade de promover a reabilitação de pessoas visando a sua reintegração à família e a sociedade. É organizado pela Igreja Batista Peniel e tem 44 anos de funcionamento, com várias filiais em diversos estados do Brasil.

A sede da ONG na Bahia faz diversos trabalhos sociais, recebe o apoio financeiro do governo do Estado, e doação do programa Mesa Brasil, um programa de segurança alimentar e nutricional. Atua nos espaços da instituição diversos profissionais, como psicólogo, assistente social, pedagogo, educador físico, educador musical, professor de artes, auxiliar técnico de enfermagem, cuidador e auxiliar de cuidador.

Dentre as atividades desenvolvidas pela instituição, podemos citar o acompanhamento psicológico individual e coletivo, visando a melhoria da qualidade da saúde mental, encaminhamentos para benefícios sociais, atendimento médico-odontológico, atividades de desenvolvimento das habilidades da linguagem escrita e oral, do condicionamento físico e motor, utilização do canto para melhoria da dicção, respiração, memória, criatividade e expressividade, acompanhamento da dosagem diária dos medicamentos controlados e de todas as suas atividades diárias .

A ONG tem como público-alvo pessoas com transtornos mentais e deficiência intelectual, das quais algumas foram abandonadas por familiares em outras instituições e com o fechamento das mesmas, passaram a residir na instituição Peniel. O espaço da instituição funciona também como centro de recuperação atuando nas áreas de narcodependência, com ajuda de profissionais voluntários e remunerados. Ao todo são 28 pessoas com deficiência intelectual com idades entre 23 a 72 anos de idade, que possui graus de leve a severo. Os residentes seguem uma rotina semanal estrategicamente organizada.

As práticas musicais

As aulas de música eram ministradas quatro vezes por semana, nas terças, quintas, sextas e sábados, sendo duas aulas pela manhã e duas pela tarde, exceto aos sábados, quando as aulas ocorriam apenas pela manhã. Cada aula tinha duração de uma hora e dez minutos. Os alunos eram separados em quatro grupos, sendo eles: Alfa² I (7 pessoas), Alfa II

² As turmas chamadas de Alfa apresentavam mais dificuldade comparado as turmas Beta, as quais se desenvolviam com mais facilidade. As primeiras aulas pela manhã eram com os grupos Beta I e II, pois os mesmos também frequentavam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no turno da tarde. Enquanto isso, nesse mesmo turno, as aulas eram ministradas para os grupos Alfa I e II nos dias de terça e quinta. Nas sextas era reunida a equipe multidisciplinar e as atividades ocorriam com a presença dos 4 grupos.

(6 pessoas) e Beta I (4 pessoas) e Beta II (11 pessoas), que foram divididos de acordo como o grau de comprometimento³ de cada um.

Nas atividades de música, desenvolvíamos práticas com ensino de canções, jogos musicais, execução de instrumentos musicais de percussão, apreciação musical e percussão corporal. Essas atividades não tinham o objetivo de somente obter um conhecimento musical e sim visava a melhoria e desenvolvimento de habilidade motora, cognitiva, social, das quais eram de fundamental importância para os alunos-residentes.

O repertório era baseado em canções evangélicas, contendo canções de diferentes gêneros musicais. Os estilos musicais trabalhados com mais frequência foram: o forró, reggae e pop. Com relação aos recursos didáticos, podemos citar diversos instrumentos musicais, como: ganzá, afoxé, tamborim, timbau, surdos, caixas, repiques, escaleta e flauta doce.

Conforme referido, as principais atividades eram de ensino de canções e prática instrumental, pois era a que os residentes mais interagiam e apresentavam bom desempenho. As atividades de ensino de canções foram trabalhadas da seguinte forma: com todos os residentes sentados em cadeiras, em um círculo, era feito um aquecimento corporal e vocal e após essa atividade, era explicado a canção, seu título, compositor e um pouco do seu contexto. Em seguida, escutávamos a canção através de um aparelho som, para depois ser ensinada a letra da música. As canções não eram ensinadas por completas, em uma só aula, devido à falta de concentração, oralidade e dicção dos residentes. A cada vez que era identificado dificuldade em pronunciar alguma palavra, esta palavra era repetida por todos, várias vezes, até alcançar a pronuncia correta.

Em prática instrumental, os residentes eram divididos em dois grupos, enquanto um grupo tocava instrumentos grandes (surdos, repiques e timbau) o outro cantava e tocava instrumentos menores (ganzá e afoxé). Iniciavam com um alongamento - dos dedos, pulsos, punho, braços e ombros para não ter lesão. Depois do alongamento era passado a cada residente os instrumentos musicais de percussão. A canção que foi trabalhada era a mesma utilizada em prática instrumental. Iniciava vendo a pulsação da canção, sendo executada

³ Dentre os residentes, 22 apresentavam déficit cognitivo e 3 com transtorno bipolar. Além disso, 4 tinham alucinações, 2 tinham limitações auditivas, 8 com oralidade comprometida, 3 com limitações motoras, 6 com discurso repetitivo, 10 com intolerância a frustrações, 5 com introspecção e 3 com automutilação.

pelo surdo, logo após as subdivisões, entrando o repique e timbau. Para complementar, entravam os instrumentos ⁴menores, ganzá e afoxé, juntamente com o canto. Uma das dificuldades observadas dos residentes era a questão de se manterem na pulsação correta.

A atividade que mais obtivemos resultado positivo foi com ensino de canções, pois os alunos possuíam dificuldades em relação a oralidade, e, portanto, com os exercícios de respiração, dicção, memória e postura, verificamos melhores desempenhos no decorrer das aulas.

Concepções acerca do ensino de música para pessoas com deficiência intelectual

Participaram da pesquisa, como informantes, funcionários da ONG “Desafio Jovem Peniel”, que trabalharam durante o período em que ocorreram as aulas de música. Um dos critérios de escolha destes informantes foi que estes tivessem presenciado alguma atividade musical. Foram quatro os informantes-chave, os quais tinham formação nas áreas de Serviço Social, com especialização em Saúde Mental, graduação em pedagogia, com especialização em Psicopedagogia, Educação Física com especialização em Educação Física Escolar e Técnica em Artesanato, os quais foram denominados neste trabalho, como Informante A, Informante B, Informante C, e Informante D, respectivamente. Estes informantes atuavam na área de Assistente Social, Pedagogia, Educação Física e Artes.

Ao serem questionados sobre suas *impressões acerca da aula de música com pessoas com deficiência intelectual*, de maneira geral, os informantes apontaram que as atividades musicais contribuíram para os processos de aprendizagem, sobretudo, no desenvolvimento psicomotor, na expressão oral e corporal para as práticas de educação físicas. Nessa perspectiva, a Informante A afirma que:

[...] o trabalho com a música trouxe ganhos significativos para o desenvolvimento psicomotor dos residentes. A estrutura montada pela professora de música de trabalhar sons, ritmos e instrumentos musicais em cada aula possibilitou novas descobertas para o nosso público e um melhor aprendizado (Informante A)

⁴ Vale enfatizar que durante as atividades musicais tínhamos o apoio de um auxiliar de cuidador. A depender do grupo, ficavam dois auxiliares, enquanto os outros profissionais estavam em atividades com outro grupo.

Este aprendizado, relatado pela Informante A, foi resultado de diversas atividades, com uma frequência de repetições, até obter uma fixação do conhecimento esperado, devido à dificuldade de concentração e memorização dos residentes.

Já a informante B, nesta mesma direção, salienta: “os residentes estavam envolvidos, houve interação no grupo, expressão oral, e corporal pois cantavam e faziam movimentos com o corpo identificando o ritmo da música” (Informante B).

Ao serem questionados sobre a *contribuição da música para vida dos residentes* e, de que forma se deu essa contribuição, os informantes relataram, de forma sucinta, que a música possibilitou uma notável melhora em aspectos cognitivos, motor e social. A informante B afirma que a música “[...] proporciona momentos de descontração, conhecimentos; contribuindo para uma melhor qualidade de vida na instituição”. Já a informante D relata que “[...] a música é de grande importância para as pessoas com deficiência, pois pode amenizar suas dificuldades, como as de expressão, comunicação, socialização e motora”.

A partir destes dados descritos, verifica-se que nas respostas do questionário, há a compreensão da música como uma atividade que proporcionou melhoria na qualidade de vida dos residentes, com resultados no avanço cognitivo, físico e motor. Entretanto, os informantes não destacam a aprendizagem musical, visando a música somente para a área da saúde. Nesse sentido, ressaltamos que a área de música no contexto da educação inclusiva pode proporcionar momentos de aprendizagem e prazer estético, próprios da área na qual atuamos.

Quanto aos *aspectos positivos das aulas de música*, os informantes citaram diferentes opiniões, dos quais a informante A e a informante C afirmaram que as aulas de música representam para os estudantes, momentos de liberdade, de modo que na visão delas, proporcionava uma “inclusão total, onde se respeitava neles suas reações individuais sem cobrança alguma”. A informante D diz: “a música alivia tensões, promove o equilíbrio emocional, aumentar a autoestima, a autonomia e motivação. A música trabalha a razão e a emoção, proporciona momentos lúdicos.”

Ao serem indagados sobre *sugestões para melhoria das aulas de música*, os informantes disseram que as aulas deveriam ser mais voltadas ao canto, jogos, dinâmicas e construção de instrumentos musicais. A informante A diz que, para melhoria das aulas

devemos: “trabalhar com dinâmicas; confeccionar instrumentos manuais com recursos naturais”; “utilizar jogos e outras ferramentas que venham corroborar para o desenvolvimento do grupo”. A informante C contribui dizendo: “os residentes gostam muito de cantar, acho que deveria investir mais nessa área”.

De maneira geral, os respondentes avaliaram que os residentes gostam das aulas de música, valoram como “ótimo” e “excelente” as experiências. Afirmam ainda que os residentes desempenham melhor as atividades ensino de canções e a prática instrumental.

Ao serem questionados se as aulas de *música contribuíram com o desenvolvimento de alguma atividade da sua área*, todos os informantes deram resposta positiva, confirmando e citando as contribuições. A informante A afirma: “[...] trabalho com o social a interdisciplinaridade com a música, me possibilitou fortalecer as relações sociais com o grupo e construir caminhos para a inclusão e autonomia dos residentes”. A informante B relata uma atividade interdisciplinar, que demonstra estas contribuições: “[...] ao realizar uma atividade interdisciplinar (Pedagogia e música) ‘teatro com os residentes’, ao considerar a música nas cenas, facilitou para os residentes perceber o tempo da fala do narrador e seguir cada passo para a realização da atividade proposta”

Analisando as respostas dos informantes, constatamos que as aulas de música foram importantes e contribuíram com o desenvolvimento das atividades de outra especialidade na instituição. Além disso, as aulas de música contribuíram para a atuação de outros profissionais de áreas que trabalham em prol do desenvolvimento dos residentes para potencializar o aprendizado, visando a melhoria de vida de cada residente.

Portanto, a atuação da equipe multidisciplinar pode desenvolver resultados visíveis na melhoria de vida da pessoa com deficiência intelectual, a ação de cada especialidade pode contribuir para o desenvolvimento do aprendizado em outra área. Tais achados coincidem com as discussões apresentadas por Louro (2009, p.26), quando a autora afirma que o ideal é ter uma equipe de diversas áreas do conhecimento, trabalhando para potencializar a aprendizagem da pessoa com deficiência.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como ocorreram as práticas musicais desenvolvidas com pessoas com deficiência intelectual na ONG “Desafio Jovem Peniel” e apresentar as concepções de profissionais sobre a experiência. Inicialmente, consideramos que as práticas musicais desenvolvidas na ONG, com pessoas com deficiência intelectual, foram de fundamental importância como experiência profissional. Pudemos desenvolver atividades com conhecimento musical, colocando em prática conteúdos teóricos vistos em sala de aula, e os que apareciam conforme a necessidade dos residentes.

Com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento cognitivo dos residentes, as aulas de música na instituição tiveram resultados significativos, evidenciados por meio das concepções dos profissionais que atuaram na instituição e participaram das aulas ministradas na ONG. Diante dessa pesquisa e da experiência realizada, posso acrescentar que o ensino de música para pessoas com deficiência intelectual necessita de mais profissionais dedicados a esse campo e de estudos que aprofundem no debate e nas proposições de metodologias para este público-alvo da educação especial.

As pesquisas na área de educação inclusiva estão em avanço, porém, em educação musical, há pouca produção acadêmica. Além de ser um direito, as pessoas com deficiência intelectual precisam ser estimuladas a aprender, e a área de música proporciona contribuições relevantes para os processos de inclusão social.

Referências

DROGOMIREKI, Viviane Cristina; LEÃO, Eliane. **Educação musical inclusiva** – Um estudo dos dados de arte inclusão do centro de Educação Profissional em Artes Basilu Franca (CEPABF). Curitiba, PR: CRV, 2013.

GAINZA, Violeta Hemsy De. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1988.

LOURO, Viviane. **Educação musical e deficiência**: quebrando os preconceitos propostas pedagógicas. São Jose dos Campos, SP: Ed. Do autor, 2006.

_____, Viviane. **Arte e responsabilidade social**: inclusão pelo teatro e pela música. Santo André: TDT Artes, 2009.

_____, Viviane. **Fundamentos da Aprendizagem Musical da Pessoa com Deficiência**. São Paulo, Ed. Som, 2012.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira Dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual**. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, n. 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Atualizações semânticas na inclusão de pessoas**: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? Revista Nacional de Reabilitação, ano IX, n. 43, mar. / Abr. 2005, p.9-10.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música, seus usos e recursos**. São Paulo: UNESP, 2002.

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual**: A aprendizagem e a inclusão – Dissertação de Mestrado em Educação. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2012.